



Marãiwatsédé

Terra de Esperança

Marãiwatsédé
Terra de Esperança

ANSA-OPAN
2012

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO
TERRA PROTEGIDA
ACESSO INTERDITADO
A PESSOAS ESTRANHAS
ART. Nº 231 DA CONST. FEDERAL, ART. Nº 18, § 1º LEI Nº 001/73, ART. Nº 161 DO COD. PENAL



Adriano Gambarini/OPAN



Associação Nossa Senhora da Assunção - ANSA
CNPJ 03.769.445/0001-29,
Avenida Gov. José Fragelli, 1050, Vila Nova, São Félix do Araguaia (MT). CEP 76870-000
<http://www.ansaraguaia.org.br>

Operação Amazônia Nativa - OPAN
CNPJ - 93.017.325/0001-68,
Avenida Ipiranga, 97, bairro Goiabeira, Cuiabá (MT). CEP 78.032-035
<http://www.amazonianativa.org.br>

Coordenação: Ivar Busatto, Lola Campos, Ivo Schroeder
Gestão do Programa Mato Grosso: Juliana Almeida
Equipe de campo: Carolina Delgado de Carvalho, Vinícius Benites Alves, Paulo Jasiel.

Organização:
Carlos García Paret
Andreia Fanzeres

Texto:
Marcos de Miranda Ramires

Revisão:
Andreia Fanzeres
Carolina Delgado de Carvalho
Gislene T.R.D. de Carvalho

Projeto gráfico e editoração:
Irene García Palud
Vinícius Benites Alves
Abilio Junior/IrisDesign

Fotografias:
Adriano Gambarini, Alexandre Macedo, Carlos García Paret, Elisa Marín Mourot, FUNAI,
Irene García Palud, Janaína Welle, João Correia, Luis Mena, Vinicius Benites Alves.

Fotografia da capa:
Ramón Alegre Rincón

Elaboração de mapas:
Rafael Honório

O povo indígena Xavante de Marãiwatsédé está de acordo com o conteúdo desta publicação e sua divulgação.
Qualquer reprodução fora desta tiragem estará sujeita ao aval específico da comunidade.



Copyright 2012. ANSA e OPAN



Adriano Gambarini/OPAN

Índice

Os A'uwé

O mito do arco-íris.....	04
Marãiwatsédé hoje.....	06
A'uwé Uptabi.....	10
O sistema de parentesco xavante	13
Os xavante de Marãiwatsédé.....	14
O Warã	19
O sistema de classes de idade xavante.....	22
Situação atual do povo de Marãiwatsédé	26
As expedições.....	31
A escola.....	33

O processo jurídico.....	34
O dapo' redzapu	36
Mitos xavante.....	40
A origem do milho.....	41
Aibö Te Te Tsiwi Āma Ætsai'uri, Tsipahutu Watsu'u	44
I'rehi	47
O espião.....	47
A origem do waradzu	50
Referências bibliográficas	54

Os A'uwè

O MITO DO ARCO-ÍRIS (A origem do povo Xavante)

Na origem do povo Xavante, dois homens foram postos na terra pela força do alto por meio do arco-íris. Os nomes foram dados por uma voz do alto, que os chamou de Butséwawe e Tsa`amri. Eles tiveram compaixão um do outro porque não havia companheira. Após isso, a mesma voz ordenou ao Butséwawe: “Tire seis pauzinhos, três Were Wawe e três Wamari e coloque três de cada lado. Risque um de vermelho e um de preto”. Terminando esse trabalho Butséwawe chamou Tsa`amri: “Escolha conforme a sua preferência”. E Tsa`amri escolheu o pauzinho de risco vermelho.

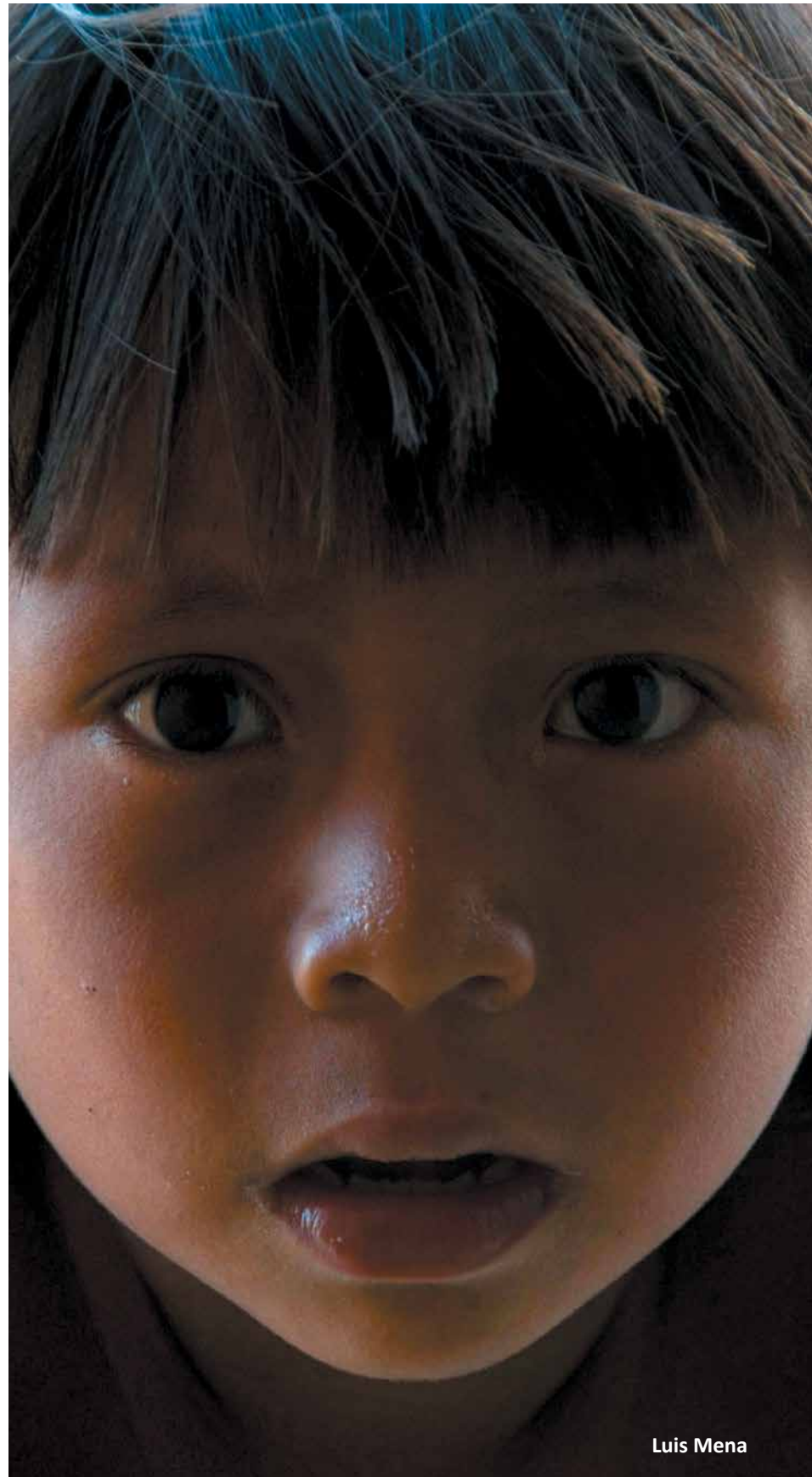
O pauzinho de risco preto ficou para Butséwawe. Do pauzinho Tsawé-réwawe surgiu uma mulher para Butséwawe. Logo depois, surgiu uma mulher para o Tsa`amri. Daí, teve o primeiro casamento. E os dois entenderam o significado dos pauzinhos da seguinte maneira: a cor do pauzinho que tinha se transformado em mulher era, conforme escolha deles, a marca (símbolo) da divisão em clãs, estabelecendo assim a organização da descendência.

De fato, Butséwawe deu a mulher, que saiu do próprio pauzinho preto, como esposa ao Tsa`amri. Tsa`amri deu a mulher que saiu do pauzinho vermelho como esposa ao Butséwawe. Depois disso, cada um deu nome à própria mulher. Butséwawe chamou sua esposa de Tsinhotse`e Wawe e o Tsa`amri chamou-a de Wa`utomowawe. Após terem dado os nomes, cada um à própria esposa, perfuraram as orelhas com o osso da onça parda. E daí teve a primeira ideia de perfuração das orelhas do Tsa`amri e Butséwawe.

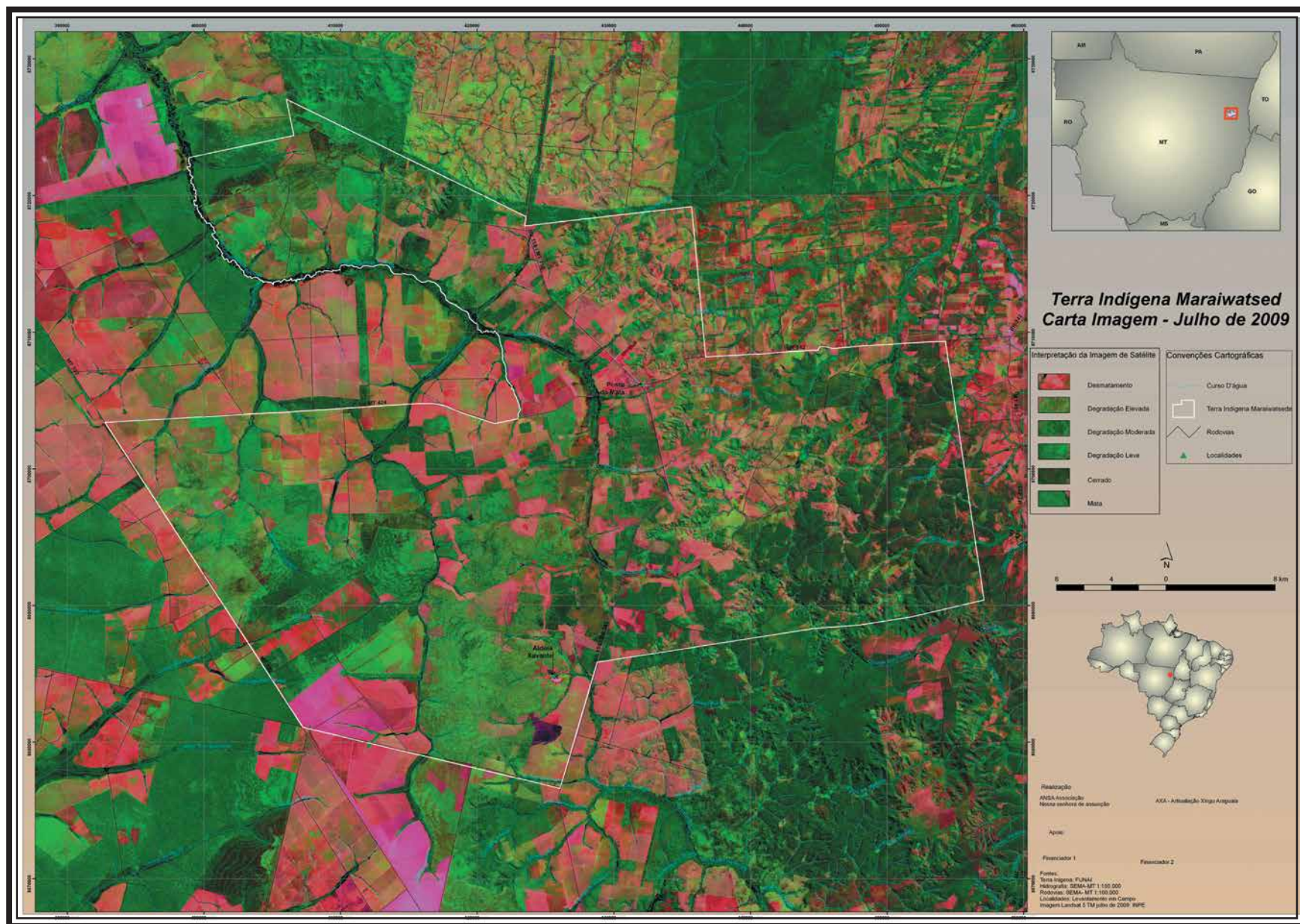
A partir daí, os dois faziam oração (súplica) todos os dias, virados para o Oriente, segurando na mão direita (que significa esperança) a flecha sagrada. Essas flechas tinham sido postas pela voz (saindo do alto, isto é, do arco-íris) logo no início, juntamente com os dois homens. Esta oração era dirigida ao Danhimite e era repetida três vezes por dia. “He, he, he, we wate damé dato pibui ho ihe, to tané” (Oh, oh, oh, quero ter uma criança e vê-la, assim mesmo).

E assim tiveram os primeiros filhos. Depois, em seguida, nasceram duas filhas. Passados os anos, Butséwawe desposou o seu filho Pini`ru com a filha do Tsa`amri, chamada Tsinhotse Waibu`õ. Tsa`amri desposou seu próprio filho, Tshö Böre, com Tsitsi`õ, filha de Butséwawe.

(adaptado de GICCARIA & HEIDE, 1984, p. 11, 12)



Marãiwatsédé hoje



Área homologada de Marãiwatsédé

A Terra Indígena Marãiwatsédé está localizada nos municípios de Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia e São Félix do Araguaia. Fica no divisor das águas das bacias do Araguaia e do Xingu, razão pela qual concentra importantes cabeceiras de afluentes desses dois rios, em uma região de ecótono (transição) entre o bioma da Amazônia e do Cerrado.



Vinicius Benites Alves/OPAN

Os primeiros contatos da sociedade nacional com este grupo Xavante se deram, provavelmente, em meados da década de 1950. Em 1966, os Xavante de Marãiwatsédé foram expulsos de seu território tradicional. Desde então, têm vivenciado uma história épica de sobrevivência e luta pela reconquista de sua terra, ainda incompleta. A Terra Indígena (TI) Marãiwatsédé foi homologada em 11 de dezembro de 1998 com 165.241 hectares, mas continua ilegalmente ocupada por não-índios desde 1992, ano em que teve início o processo de invasão, grilagem e conversão de mais de 60% de sua vegetação nativa em pasto e lavoura.

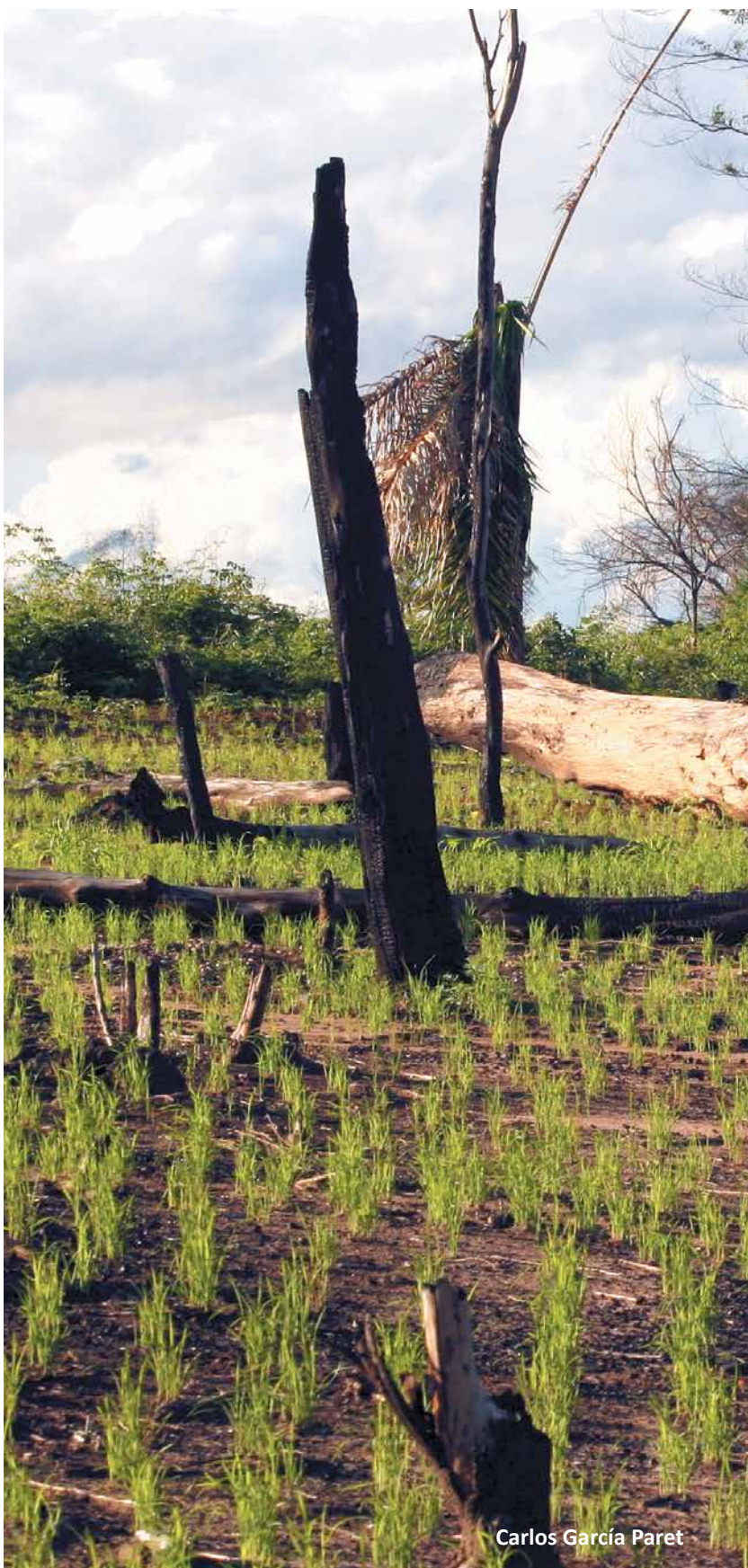
Essa invasão criminosa, que deita suas raízes em interesses econômicos e políticos de toda ordem, objetivava estimular a entrada de famílias de posseiros na TI, buscando, com isso, impossibilitar a volta dos índios. Com o tempo, as pequenas propriedades que brotavam na mata foram dando espaço a grandes e médias fazendas, ao passo que Marãiwatsédé transformava-se na TI mais devastada da Amazônia Legal.

O ano de 1992 marca não somente o início da invasão de Marãiwatsédé, mas também a luta de ambas as partes nos tribunais. Tanto a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em nome dos índios, quanto os invasores, representados por seus advogados, entraram na Justiça para tentar resolver o impasse: a primeira, solicitando a desintrusão da terra indígena. Os segundos com o intuito de anular o trâmite demarcatório legítimo da TI. Os dois processos correram em paralelo e, em todas as instâncias, a Justiça brasileira reconheceu o direito dos Xavante à posse de seu território.

Atualmente, os Xavante que vivem em Marãiwatsédé somam cerca de 800 pessoas. Ocupam menos de 20% da área para eles demarcada. O restante do território continua sendo grilado e sistematicamente devastado. A dívida histórica, moral e ecológica para com eles ainda não foi paga.



A'uwè Uptabi



Carlos García Paret

Os Xavante se autodenominam A'uwẽ Uptabi, que significa povo verdadeiro. São classificados como pertencentes à família lingüística Jê, do tronco Macro-Jê. Constituem, juntamente com os povos Xerente e Xakriabá, o grupo lingüístico Akwén. Há indícios de que Xavante e Xerente, antes da primeira metade do século XIX, formavam a mesma etnia.

Segundo dados da FUNAI (2010), a população Xavante perfaz um total de 18 mil indivíduos, distribuídos em 11 terras indígenas e subdivididos em 225 aldeias.

Habitam a região nordeste do estado de Mato Grosso, nas bacias dos rios Araguaia e Xingu, em uma transição de biomas entre o Cerrado e a floresta amazônica. Trata-se de uma região marcada por duas estações bastante definidas: a época da seca, que compreende os meses de abril a setembro, e a época das chuvas, de outubro a março. Historicamente, esses são povos tidos como seminômades, cuja subsistência se assentava, por ordem de importância nutricional, na coleta, na caça e, em menor grau, nas práticas agrícolas.



Luís Mena



Fonte: Arquivo FUNAI

Porém, a sedentarização compulsória em terras indígenas com limites definidos e o conseqüente aumento das pressões sobre os recursos naturais (animais para a caça, frutas, raízes e cocos para a coleta) resultaram em uma diminuição considerável dos meios de subsistência tidos como tradicionais. Agravada pelo forte desmatamento acumulado, esta é a situação em Marãiwatsédé.

Há registros da presença dos A'uwẽ já em 1751 no norte da então província de Goiás, entre as margens direita do rio Araguaia e esquerda do rio Tocantins. Desde aquela época, os diversos grupos xavante se relacionavam com as frentes de ocupação não indígena de duas formas distintas: alguns aceitavam o contato pacífico com o não-índio, quando era possível; outros reagiam violentamente contra qualquer indício de presença de brancos em seu território. Com a invasão sistemática de suas terras, a partir da segunda década do século XVIII, estes índios foram se deslocando cada vez mais a oeste, chegando a atravessar o rio Araguaia e a ilha do Bananal entre 1820 e 1840, quando se chocaram com os Karajá, antes de chegar ao leste mato-grossense. Já na província de Mato Grosso, fundaram Isõrepré, a “aldeia-mãe”, a mais antiga, situada na região da serra do Roncador e do rio das Mortes.

Da “aldeia mãe” partiram, em vários momentos, facções dissidentes que formaram novas aldeias que, por sua vez, cindiram-se, migrando em direções diversas, voltando em certos casos a reagrupar-se parcial ou completamente, expulsando e recebendo novos membros, constituindo novas unidades políticas e territoriais, cujas relações com os não-índios não apresentavam homogeneidade.



Fonte: Arquivo FUNAI



Fonte: Arquivo FUNAI



João Correia

O SISTEMA DE PARENTESCO XAVANTE

Os Xavante de Marãiwatséde, bem como os outros grupos xavante e os povos indígenas da América de modo geral, têm em sua terminologia de parentesco a linguagem para as relações interpessoais. Nunca se dirigem a outro xavante pelo nome. Eles sempre se valem dos termos de parentesco, que são acompanhados de atitudes adequadas a cada termo. Pelas regras, um homem não se dirige diretamente a seu sogro, a quem deve respeito. Outro tipo de relação é travada com seus irmãos que, embora os diferencie terminologicamente (mais velhos, mais novos e de mesma idade), devem manter proximidade e cooperação.

Os habitantes de Marãiwatséde são divididos em dois clãs patrilineares exogâmicos, ou seja, um indivíduo qualquer herda de seu pai o pertencimento a um clã e nunca deve se casar com uma pessoa desse mesmo clã. Os clãs são Õ'wawé (rio grande) e Poredza'ono (girino). Existe, ainda, um terceiro patriclã entre os A'uwé, o Topdató (olho ou círculo), mas que não encontra representantes em Marãiwatséde.

Os Xavante de Marãiwatsédé

De Isõrepré partiu um grupo para o norte, que fundou uma aldeia nas proximidades de um rio cuja mata ciliar era muito densa. A este rio deram o nome de Marãiwatsédé. À aldeia chamaram Bö'u, que significa “pé de urucum”. De lá partiram outros grupamentos que constituíram outras aldeias com o objetivo de proteger seu território. Em seu apogeu, Marãiwatsédé era formada por várias aldeias que tinham em Bö'u o centro político e cerimonial. A área ocupada pelo grupo de Marãiwatsédé fazia divisa ao norte no rio Tapirapé, a leste era limitado pelo rio Araguaia, a oeste pelas matas da bacia do Xingu e, ao sul, sua fronteira era o território ocupado por outros a'uwẽ: o grupo de São Domingos, com quem os Xavante de Marãiwatsédé não mantinham boas relações.

Por volta do início do século XX, ocorreu uma migração espontânea de não-índios para o leste de Mato Grosso. Eram pessoas vindas do sertão do Nordeste que, fugindo da seca, procuravam um pedaço de terra para sobreviver. Assim, esse novo elemento humano que chegou à região formou pequenos aglomerados na margem esquerda do rio Araguaia.

Fruto desse movimento, nasceu o povoado de São Félix do Araguaia, de onde partiam famílias para o “sertão”, ou seja, para o interior do território até então ocupado apenas pelos Xavante. Não demorou muito para que ocorressem violentas refregas entre os índios de Marãiwatsédé, antigos habitantes daquele território, e os chegantes que, naquele momento, não cessavam de afluir àquelas bandas. A essa migração espontânea sucederam-se outras estimuladas pelo Estado.

Em meados da década de 1950, quando todos os outros grupos Xavante já tinham estabelecido relações pacíficas com a sociedade envolvente, o povo de Marãiwatsédé não hesitava em reagir contra qualquer indício de invasão de seu território.



Fonte: Arquivo FUNAI



Fonte: Arquivo FUNAI



Fonte: Arquivo FUNAI



Fonte: Arquivo FUNAI



Fonte: Arquivo FUNAI

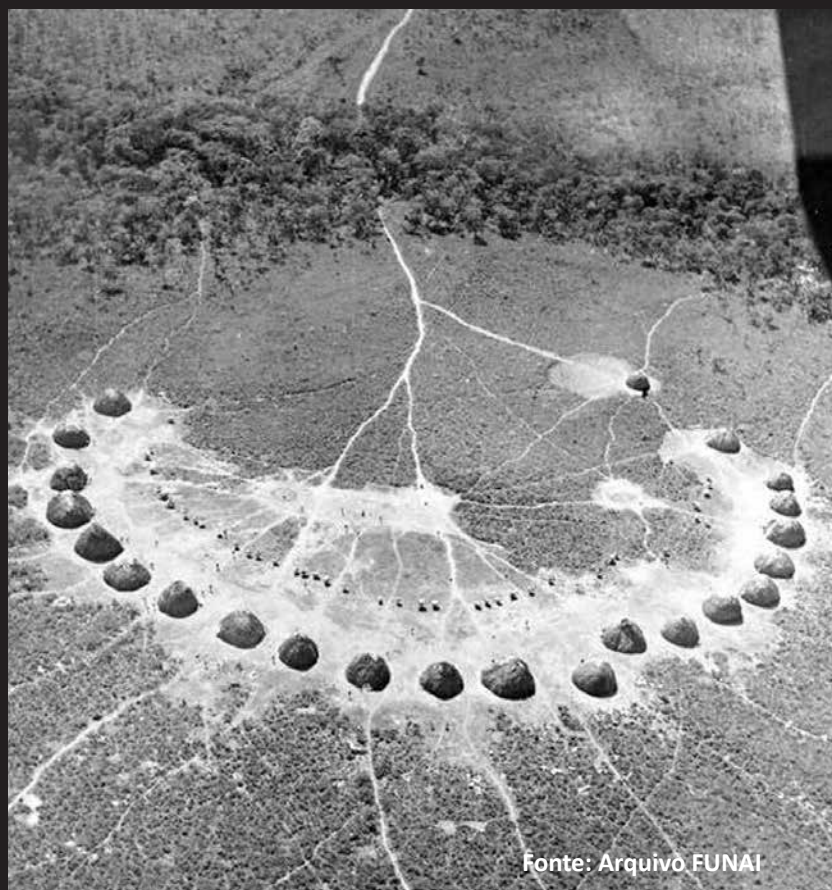


Fonte: Arquivo FUNAI



Luis Mena

Sempre que possível, os A'uwè constroem suas aldeias no Cerrado e em forma semi-circular, cuja abertura se volta para um curso d'água que utilizam para tomar banho, apanhar água para os afazeres domésticos, etc. No centro da aldeia, encontra-se o Warã, espaço político por excelência onde os homens adultos se reúnem diariamente, no início da manhã e no fim da tarde, para conversar sobre o dia, planejar suas atividades comunitárias, viagens, rituais, e outros assuntos. Trata-se do coração da aldeia, o lugar para onde confluem as demandas da comunidade, o início e o fim da maioria dos rituais e manifestações culturais xavante.



Fonte: Arquivo FUNAI



Fonte: Arquivo FUNAI



Fonte: Arquivo FUNAI



Fonte: Arquivo FUNAI

Nessa época, porém, já se encontravam fragilizados devido à contração de doenças estranhas ao seu organismo e, principalmente, a mortes ocasionadas por expedições punitivas organizadas pelos não-índios. Muitas aldeias deixaram de existir e havia divergências entre eles no que diz respeito ao tipo de relação que deveriam manter com os não-índigenas. Entre fins da década de 1950 até meados da década de 1960 ocorreu a invasão sistemática do território de Marãiwatsédé. A partir de 1958, diversas famílias de pequenos posseiros se dirigiram mais a oeste de São Félix do Araguaia. Em 1961, começou a ser instalada a primeira propriedade escriturada da região com fartos benefícios fiscais: era a fazenda Suiá-Missú.

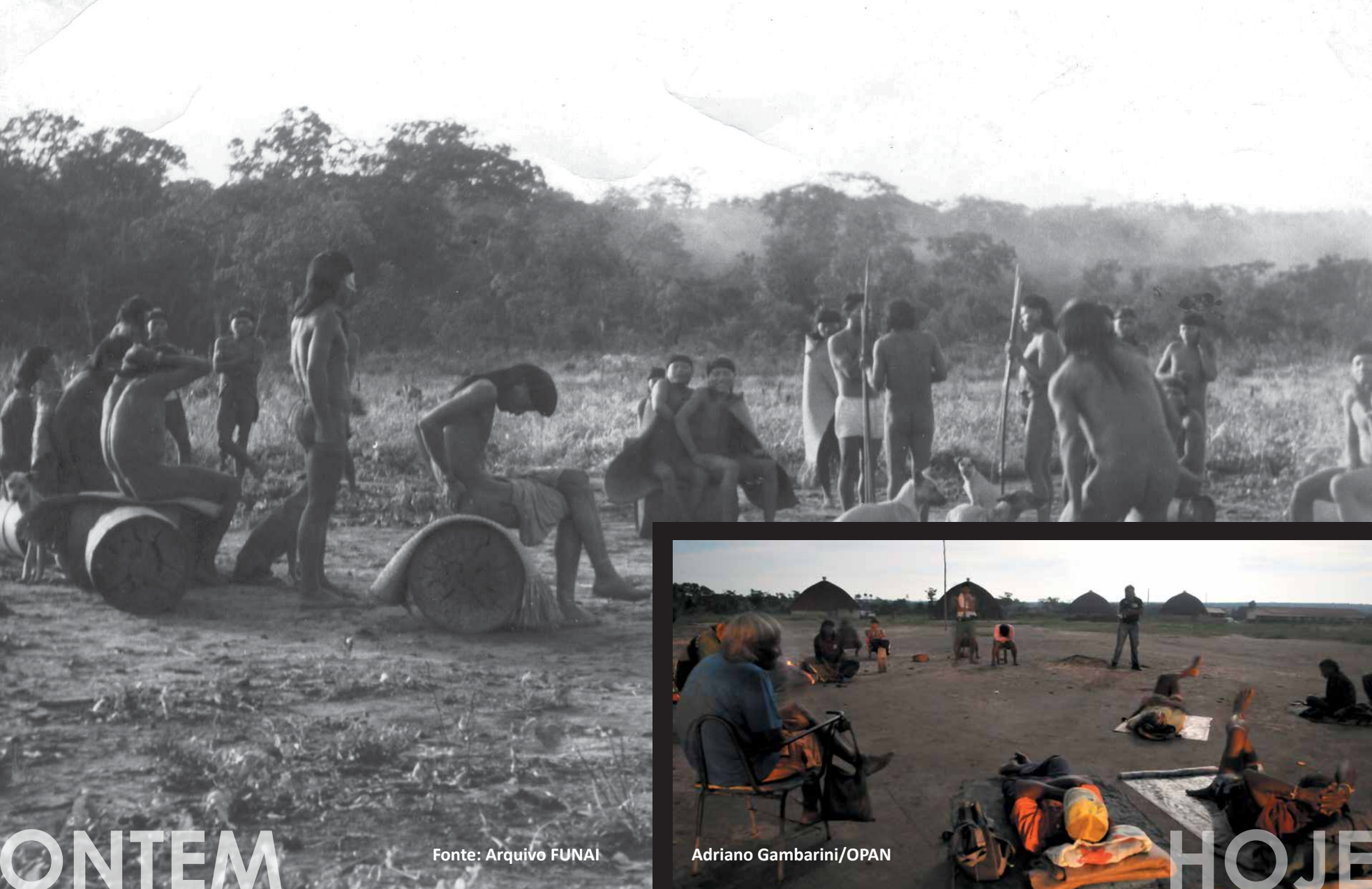
Esta fazenda foi criada em pleno território de Marãiwatsédé, quando os índios que ali se encontravam estavam em número muito reduzido, e contou com o uso da mão-de-obra desses indígenas. Quando a família Ometto, então “proprietária” da fazenda, não precisou mais deles, negociou junto à Força Aérea Brasileira (FAB), à Missão Salesiana e ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI) a transferência dos Xavante de Marãiwatsédé para a Missão de São Marcos, a 400 km ao sul de onde estavam, para onde também foram levados outros reduzidos grupos Xavante.



Fonte: Arquivo FUNAI



Fonte: Arquivo FUNAI



ONTEM

Fonte: Arquivo FUNAI

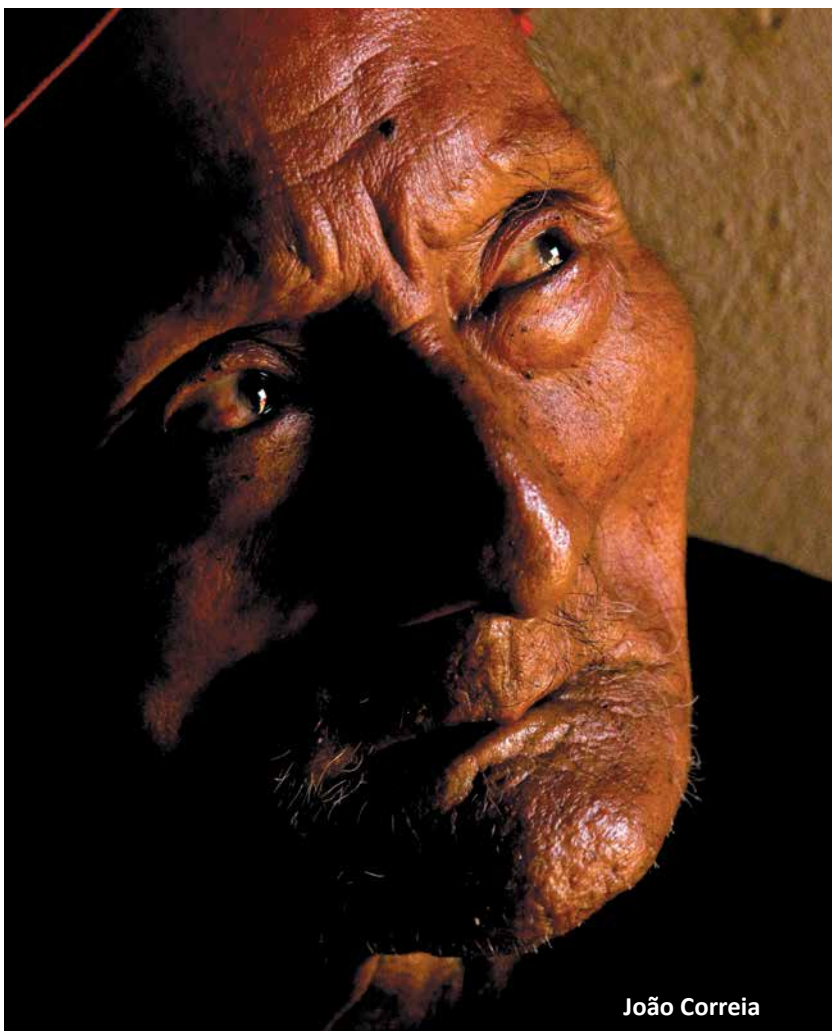


Adriano Gambarini/OPAN

HOJE

O WARÃ

O Warã é o conselho dos anciãos (ĩhire), uma reunião diária que acontece no centro da aldeia, ao nascer e ao pôr-do-sol. Podem participar desta reunião todos os homens maduros (de 22-23 anos, que já começaram a constituir família). Os Xavante valorizam muito a sabedoria dos velhos. Por sua experiência e conhecimentos sobre os segredos da vida, são eles que decidem quando haverá caçadas, pescarias e coletas coletivas, assim como os rituais e a abertura de novas roças. Lá também são socializadas todas as informações do dia a dia da comunidade, casamentos, viagens, reuniões, entre outras. Todas as decisões políticas também são tomadas nesse fórum. Atualmente, Marãiwatsédé conserva esta tradição como poucas aldeias xavante. As decisões com relação à terra e a seus posicionamentos são discutidas no Warã. O cacique, para eles, é o responsável da comunidade para as relações externas. Todavia, a representatividade deste é maior à medida que ouve e transmite as decisões tomadas nessas reuniões.



João Correia

A bordo de aviões da FAB, foram transportados 263 indígenas. Chegando na Missão de São Marcos, uma epidemia de sarampo provocou a morte de cerca de 80 a'uwẽ de Marãiwatsédé. Longe de sua casa e com sua estrutura social fragilizada, ocorreu a fragmentação do grupo por várias terras indígenas xavante. No entanto, no começo da década de 1980, teve início a reorganização dos remanescentes e das novas gerações de Marãiwatsédé, com o objetivo claro de retornar à sua terra de origem. Em 1992, a antiga Suiá-Missú agora se chamava Liquifarm Agropecuária Suiá-Missú S/A, e se encontrava sob controle da Agip do Brasil S/A, filial da corporação italiana Agip Petroli, uma holding da estatal Ente Nazionali Idrocarburi (ENI). Naquele ano, em meio às várias discussões que marcaram a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92), no Rio de Janeiro, representantes da empresa se comprometeram verbalmente a devolver uma parte da área original aos Xavante.

O Grupo de Trabalho (GT) criado pela FUNAI, responsável pelos estudos de identificação da área em questão, completou seus levantamentos em 09 de abril de 1992. Mas só no dia 11 de dezembro de 1998 foi homologada a Terra Indígena Marãiwatsédé com 165.241 hectares, estendendo-se pelos municípios de Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia e São Félix do Araguaia, no nordeste do estado de Mato Grosso.

Entre o final dos estudos (1992) e a homologação da terra indígena (1998), porém, ocorreu a invasão deste território por pequenos posseiros estimulados por grileiros e fazendeiros, e respaldados por políticos influentes da região, bem como por funcionários pertencentes aos altos extratos do poder público. Existem relatos de que anúncios foram feitos em várias regiões do estado de Mato Grosso e de Goiás objetivando recrutar indivíduos, normalmente pessoas simples e “sem-terra”, para ocupar a área identificada como indígena.



Fonte: Arquivo FUNAI

SUIÁ-MISSU

Vergonha Nacional

É impossível aceitar esse golpe indecente armado pela empresa italiana Agip e outros grupos es contra o progresso e o desenvolvimento da Amazônia legal, mais vergonhoso ainda é o apoio de certas autoridades consideradas brasileiras a esta bem tramada agiotagem verde de lotear e vender uma das p ricas do Brasil, distribuindo descaradamente títulos de propriedades aos países ricos, disfarçados de rese genas, colocando assim em risco a nossa soberania nacional. É ridículo usar o índio para justificar o e mo na Funai e como avalista de empréstimos internacionais, feitos pelo próprio governo e entidades que sobrevivem as custas da tapeação e exploração dos povos indígenas, de olho nas riquezas na Amazônia. A questão da suia-missu é uma amostra real da mentira e do jogo sujo de grupos estrangeiro do faturar milhões de dólares com essa farsa de doação de terras aos Xavantes em pleno território

Índios e grupo italiano disputam uma fazenda

BRUNO BLECHER

Editor do Agrofolha

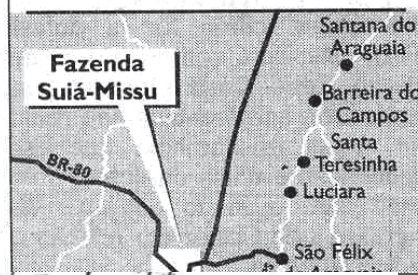
A venda da fazenda Suiá-Missu, anunciada hoje nos principais jornais do país, promete se transformar num grande "imbroglio", envolvendo os governos do Brasil e da Itália, além de índios xavante, posseiros, grileiros, padres, ecologistas e políticos.

Símbolo da política de ocupação da Amazônia, a Suiá-Missu

Editoria de Arte/Folha Imagem

ONDE FICA A SUIÁ-MISSU

Fazenda tem 215 mil hectares

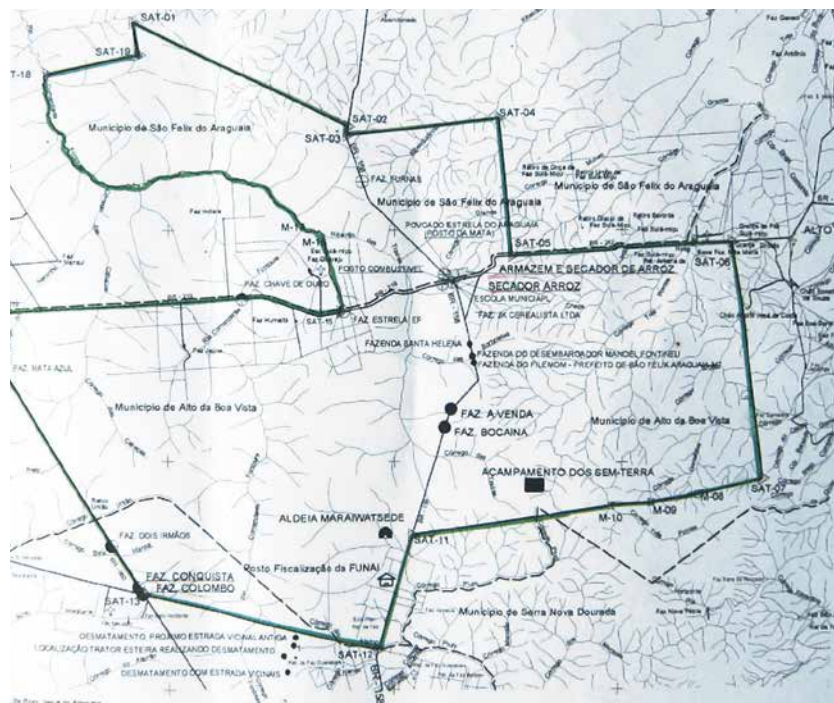
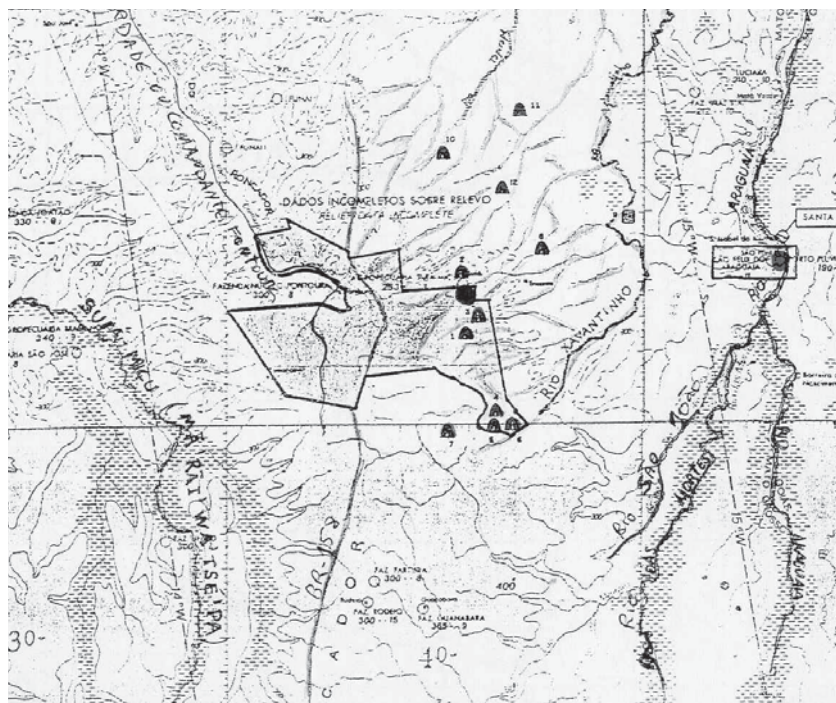


Invasores ocupam terra doada aos xavantes

Ronaldo Brasiliense

"Os posseiros são apenas instrumentos dos grandes latifundiários,

Fonte: Arquivo FUNAI



O primeiro mapa mostra a área inicialmente identificada pela Comissão Técnica de Análise, em 1992.

O segundo mapa é a área definitivamente homologada, em 1998.



Carlos García Paret

O SISTEMA DE CLASSES DE IDADE XAVANTE

A sociedade Xavante é dividida em dois clãs, que são perpassados pelo sistema de classes de idade. Tal sistema é constituído por oito classes dispostas hierarquicamente. Estas são polarizadas em duas metades de carácter cerimonial e esportivo, tidas como antitéticas pelos índios. Atualmente, em Marãiwatsédé, na casa dos adolescentes (hö), estão os meninos pertencentes à classe de idade dos Nodzõ'u (pé de milho), que têm como padrinhos os Étepá (pedra grande) e, para completar o grupo, há ainda os Hötörã (um tipo de peixe) e Tsada'ro (sol), que foram iniciados antes. Já a outra metade é formada pelos Abare'u (pé de pequi), que hoje competem cerimonialmente com os Étepá, e formam uma outra metade, juntamente com os Tirowa (carrapato), Ai'rere (pequena palmeira) e Anarowa (esterco).

Uma das competições em que essa divisão se manifesta e se acentua é a corrida de tora de buriti, que consiste em carregar uma tora -- cortada e trabalhada no dia anterior -- com cerca de 80 quilos, em um percurso de cinco quilômetros, aproximadamente. Os indivíduos constituintes das metades revezam-se no transporte da tora, vencendo a metade que chegar primeiro ao centro da aldeia. Nos dias que antecedem a corrida, cuja data é decidida no Warã, um clima bem-humorado de disputa invade a aldeia. Neste período, tanto os homens como mulheres falam da força e destreza de sua metade, ou grupo, e de que a outra metade não terá a mínima chance na competição. O Wapté Mnhõnõ é o ritual de iniciação do jovem Xavante, ou seja, a passagem da adolescência para a fase adulta. Ambas as metades têm funções específicas nessa festa.



Não é difícil imaginar o impacto que este apelo teve nessa região historicamente marcada por graves conflitos fundiários provocados, sobretudo, pela grande concentração de terras nas mãos de poucos “privilegiados”. Não demorou muito para que afluíssem pessoas de várias partes do estado e de outras regiões à procura de terra.

A divisão dos lotes, porém, não se deu de forma equitativa. Enquanto grandes latifúndios eram formados em terras tidas como “de boa qualidade”, com o “pasto já formado”, por figuras “importantes” da região, as matas e o Cerrado, localizados em regiões cuja terra era considerada ruim, foram loteadas e entregues aos pequenos posseiros que ainda teriam que derrubar a vegetação para poder plantar e criar seus animais.

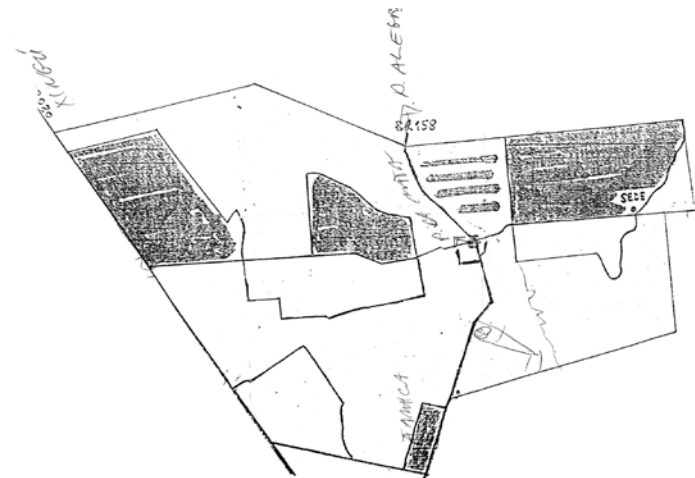
Abaixo e à esquerda, é possível ver o mapa que foi entregue aos invasores em 20/06/1992, em reunião ocorrida na localidade de Posto da Mata, indicando as áreas que deveriam ser “respeitadas”, sob pena de expulsão de quem ousasse ocupá-las.

Em 1992, dos 165.241 hectares (ha) demarcados, havia 108.626 ha de mata (66% do total da área) e 18.537 ha (11 % do total da área) de Cerrado. Os 23% restantes eram áreas degradadas. Com a entrada dos posseiros, teve início a fase de grandes desmatamentos na TI, que perdura até hoje.

As áreas contornadas em cinza indicam terras interditadas aos posseiros, separadas em duas categorias:

- 1) as áreas escuras são terras da Liquifarm Agropecuária Suiá-Missú S/A que ficaram fora da identificação e foram posteriormente leiloadas.
- 2) as partes claras estavam dentro da área identificada como indígena, mas, por fotos de satélite datadas de 1992, percebe-se que nestes locais o pasto já estava “formado”, ou seja, a terra era muito mais valorizada.

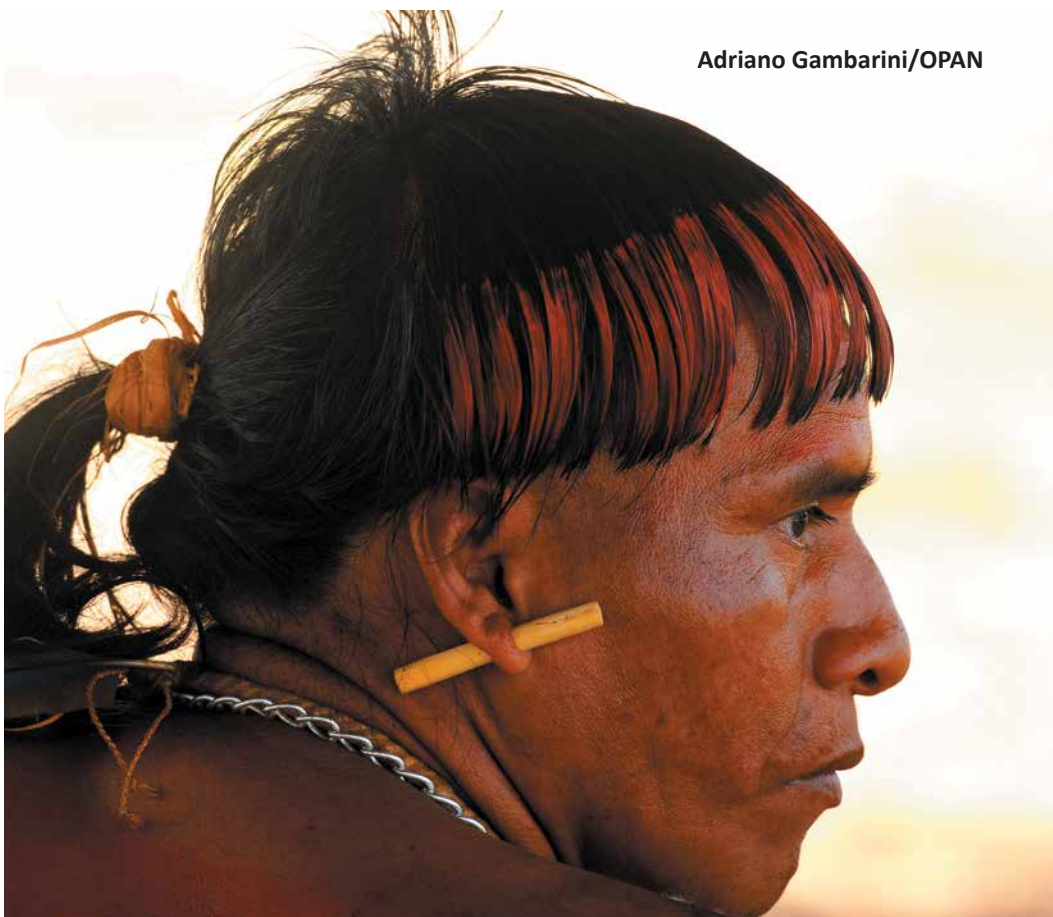
O carimbo e a assinatura de um indivíduo oriundo de uma família tradicional da região, que na época era vereador, demonstram a confiança na impunidade.



Arquivo FUNAI



Adriano Gambarini/OPAN



Ao longo desses anos, os Xavante tentaram voltar a Marãiwatsédé, sendo sistematicamente impedidos de reconstruírem suas aldeias. Mesmo assim, retornaram diversas vezes para coletar matérias-primas utilizadas na confecção de artesanato, arcos e flechas, e para limparem seus antigos cemitérios.

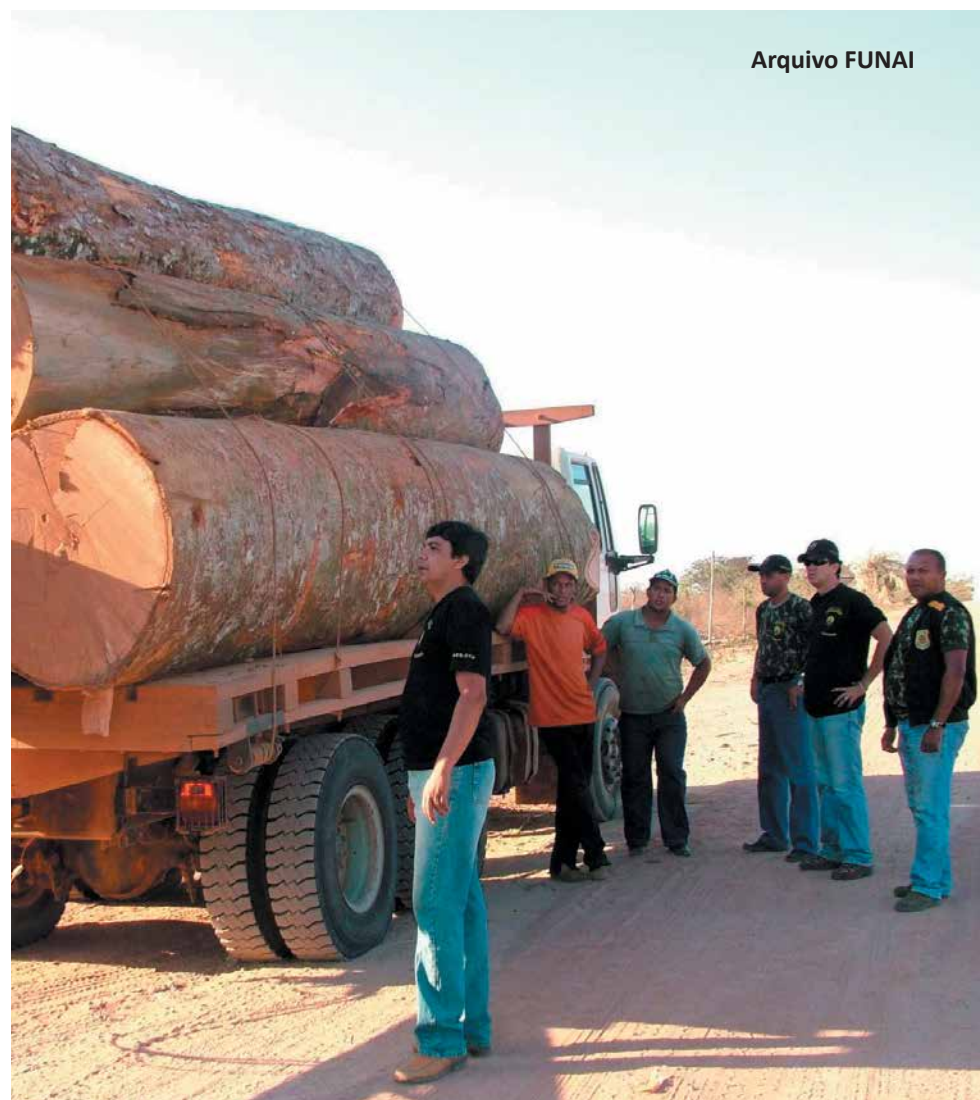
Em 2003, os anciãos de Marãiwatsédé expressaram o desejo de voltar à terra de seus ancestrais antes de morrerem. Os jovens guerreiros sentiram-se na obrigação de propiciar-lhes esse retorno. No mesmo ano, 280 pessoas (crianças, jovens, adultos e velhos), ao tentarem ocupar a terra já oficializada, foram impedidas pelos invasores que bloquearam a BR-158 com a ajuda de políticos e fazendeiros da região.

Os Xavante ficaram acampados às margens da BR-158 durante 10 meses, no período de novembro de 2003 a agosto de 2004. Nesse clima de tensão, devido à inexistência de saneamento, as condições de saúde do grupo eram precárias: 14 pessoas foram hospitalizadas em estado grave e 3 crianças faleceram.

Em 10 agosto de 2004, amparados por uma sentença proferida pela Ministra Relatora Hellen Gracie, do Supremo Tribunal Federal (STF), os Xavante de Marãiwatsédé entraram na fazenda Karu, que se encontrava dentro dos limites de seu território. Ao chegarem, depararam-se com uma realidade bem diferente da que esperavam quando decidiram retornar para sua terra: a quase totalidade da fazenda estava ocupada por pasto. Não havia matas ou campos de Cerrado para a caça e a coleta, atividades fundamentais para a reprodução física e cultural Xavante.



Além disso, outro fato agravava ainda mais a situação de penúria dos Xavante de Marãiwatsédé: o solo estava altamente degradado, contribuindo, assim, para um baixíssimo índice de produtividade das roças, o que comprometia a soberania alimentar deste povo.



Desde 1992, Marãiwatsédé vem sendo sistematicamente explorada por latifundiários e madeireiros. Em 2004, a FUNAI apreendeu caminhões de toras saindo de dentro da terra demarcada. Serrarias clandestinas, que funcionavam dentro de Marãiwatsédé com licença do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) foram fechadas. Um jovem a'uwẽ foi baleado enquanto caçava nas proximidades da aldeia. Funcionários da FUNAI que desempenhavam sua função junto aos índios, sofreram diversas ameaças, inclusive de morte.

Situação atual do povo de Marãiwatsédé



Os Xavante de Marãiwatsédé se concentram em apenas uma aldeia que conta, aproximadamente, com 800 pessoas. É uma aldeia grande e, em muitos aspectos, até mesmo inviável. A pressão sobre os poucos recursos naturais é enorme. Eles permanecem juntos apenas para se protegerem contra possíveis agressões dos não índios que ocupam sua terra.

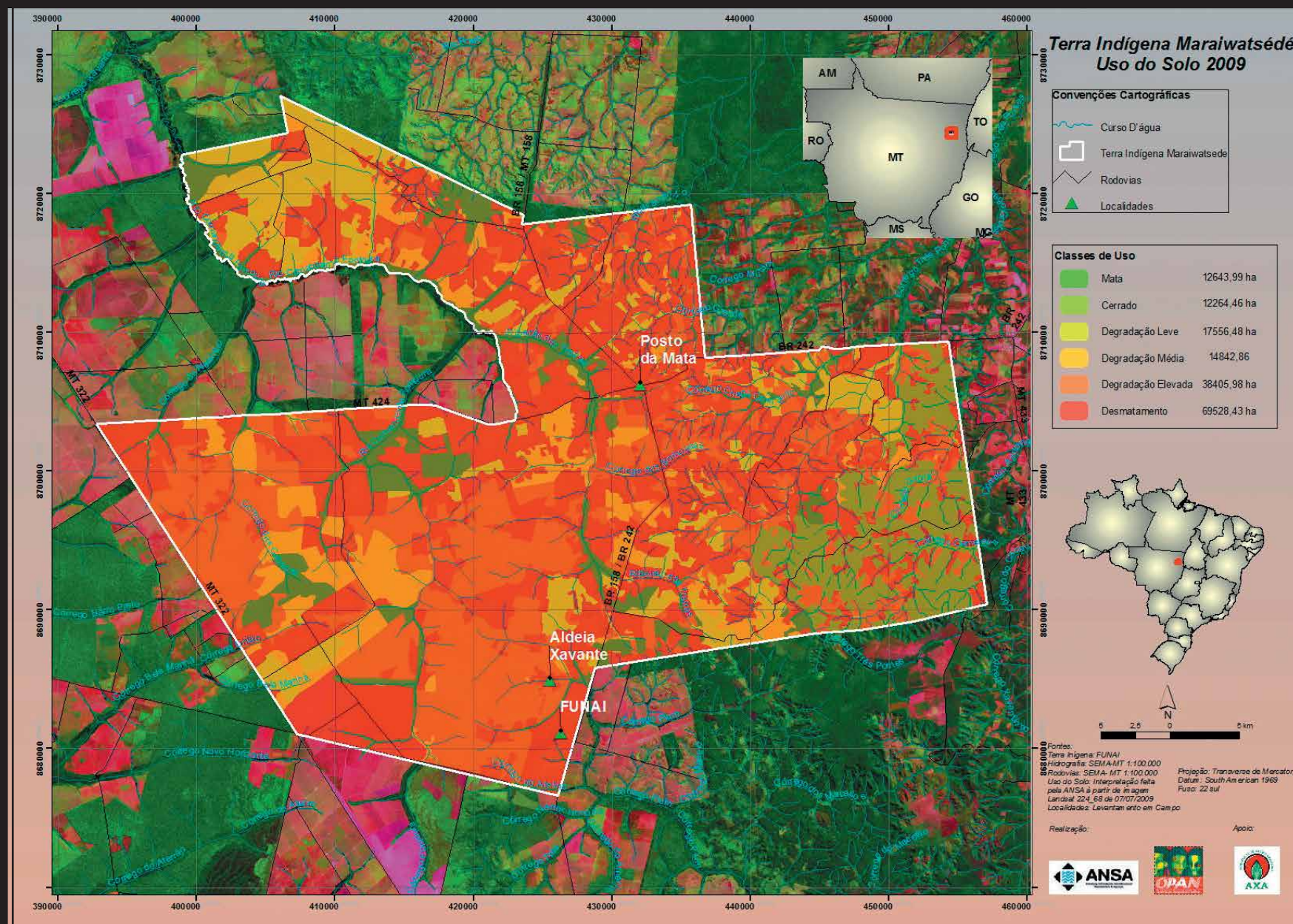
A permanência dos Xavante dentro de apenas 20% do território para eles demarcado se encontra amparada em decisão do STF. Porém, tal decisão também concede o direito à permanência dos intrusos até o julgamento final do mérito.

O clima na região é de hostilidade aberta contra os índios. Em 10 de fevereiro de 2009, o ônibus que transportava os alunos indígenas para a Escola de Ensino Médio, na cidade de Bom Jesus do Araguaia, foi incendiado na localidade de Posto da Mata, ponto nevrálgico do conflito, deixando os alunos quase três meses sem aula. Todos os anos, na época da seca, ocorrem incêndios criminosos dentro da área ocupada pelos índios.



Adriano Gambarini/OPAN

No dia 03 de julho de 2009, a Polícia Federal deflagrou a “Operação Pluma”, que tinha por objetivo desbaratar uma quadrilha liderada pelo grileiro Gilberto Rezende, conhecido como “Gilbertão”. Nessa operação foram presos o ex-prefeito de Porto Alegre do Norte, município a 250 km de São Félix do Araguaia, além de seis oficiais da Polícia Militar de Mato Grosso e a tabeliã do cartório de São Félix do Araguaia, entre outras pessoas. Esta quadrilha está diretamente envolvida na invasão de Marãiwatsédé, e com mais delitos como crimes contra os direitos humanos e o meio ambiente. Atualmente, quase todos os detidos encontram-se em liberdade.





A situação ambiental na TI é catastrófica. De 66% da vegetação primária existentes em 1992, apenas 13% estão em pé. O restante ficou totalmente degradado. Em 17 anos, exatos 103.628 hectares de mata e Cerrado foram derrubados enquanto o processo judicial se arrastava nos tribunais federais. Estamos diante da Terra Indígena mais devastada da Amazônia Legal e o desmatamento não cessa, principalmente devido à inoperância ou conivência dos órgãos de fiscalização do Estado.

Em 26 de julho de 2009, após muita insistência da FUNAI, o IBAMA realizou uma operação na área quando teve a oportunidade de atuar em flagrante, novamente, dois fazendeiros que desmatavam para o plantio de soja. As propriedades localizam-se dentro dos marcos de Marãiwatsédé e os proprietários já deviam milhões de reais em multas por crimes ambientais. Após a notificação e a expedição de novas multas, os 10 tratores que faziam o trabalho de desmate foram lacrados e deixados pelo IBAMA nas fazendas.

Segundo relatos dos índios, as máquinas continuaram trabalhando a “todo o vapor”, em um sinal claro de completo desrespeito pelas leis e uma confiança exacerbada na impunidade que impera na região. Em abril de 2010, a situação se repetiu. Novamente e o IBAMA autuou as mesmas fazendas pelas mesmas práticas ilícitas.

Esse fato, emblemático da atual situação de Marãiwatsédé e das relações do Estado brasileiro com os grileiros que ocupam esta terra indígena, salvo raras e honrosas exceções, evidencia apenas a ponta do iceberg. Transitando pela região não é difícil encontrar caminhões carregados de madeira saindo de dentro de Marãiwatsédé. Caso esta situação perdure, a reprodução física e cultural dos Xavante será inviabilizada, pois as matas praticamente inexistem e os campos cerrados, tão apreciados por este povo, estão em vias de desaparecerem.

As agressões a este povo indígena não param. Em 15 de agosto de 2010, em represália à operação efetuada pela FUNAI e pelo IBAMA, 20 hectares da área ocupada pelos índios foram incendiados propositalmente, matando 30 cabeças do pouquíssimo gado que os Xavante possuem.



1992



1998



2004



2009

De 66% da vegetação primária existentes em 1992, apenas 13% estão em pé.
O restante ficou totalmente degradado. Em 17 anos, exatos 103.628 hectares de mata e Cerrado foram derrubados enquanto o processo judicial se arrastava nos tribunais federais.



Janaína Welle

AS EXPEDIÇÕES

Os Xavante são tradicionalmente um povo caçador e coletor. Havia, antes do contato, diferentes tipos de caçadas (individuais, coletivas, para a realização de rituais) e a coleta era realizada diariamente pelas mulheres. Importantes, as expedições coletivas de caça e coleta chamaram muito a atenção dos primeiros antropólogos que estudaram este povo. Aconteciam principalmente na época seca, quando quase todas as pessoas de uma aldeia se deslocavam por uma determinada porção do território por cerca de quatro meses. Durante esses deslocamentos, os homens caçavam e as mulheres eram responsáveis pela coleta e por montar e desmontar o acampamento (que era uma versão menor da aldeia-base). Crianças, mulheres, jovens, adultos e velhos participavam.

Hoje, sempre que podem, os Xavante saem para pescar, caçar ou coletar frutas, coquinhos, raízes, remédios, artefatos para a confecção de arcos e flechas, cestos, casas e artesanatos em geral. Em Marãiwatsédé, esses recursos quase que inexistem, o que obriga aos Xavante a buscá-los em outras TIs a'uwé ou no entorno de seu território que, contraditoriamente, encontra-se mais preservado que sua TI.



Estamos diante de um caso complexo, onde grandes latifundiários, políticos, altos funcionários públicos e grileiros aproveitaram-se da necessidade que pessoas simples tinham de possuir um pedaço de terra e as fizeram de massa de manobra, usando a máquina estatal para isso. As famílias que vivem em Marãiwatsédé e que se enquadrarem no perfil de clientes da reforma agrária terão direito a serem reassentadas em outro local. O mesmo não vale para os médios e grandes fazendeiros. O clima na região segue tenso, e não se descarta a possibilidade de conflitos armados entre as partes. Portanto, urge a necessidade de um posicionamento do poder Executivo Federal.





A ESCOLA

Na aldeia Marãiwatsédé existem cerca de 300 alunos e alunas matriculados na Educação Infantil e nos ensinos Fundamental e Médio. Lá, todos os professores e funcionários são Xavante e proporcionam a seus alunos um aprendizado diferenciado, garantido a eles por direito. Na escola ensina-se tanto as “coisas do branco”, para que as futuras gerações possam dialogar melhor com a sociedade envolvente, como a cultura Xavante, que segue sendo vivenciada e valorizada. Uma prática comum entre os professores é chamar um ancião para explicar às crianças e jovens, na sala de aula, questões sobre usos e costumes de seu povo e, principalmente, a história da expulsão e retomada recente de seu território.

O processo jurídico



Fonte: Arquivo FUNAI

O processo que pode permitir a ocupação plena, por parte dos Xavante, do território para eles demarcado, corria no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília. O julgamento da questão foi suspenso em novembro de 2009, devido ao pedido de vista do processo solicitado pelo desembargador João Batista Moreira, após voto favorável aos Xavante, proferido pelo relator do processo, o desembargador Pedro Francisco da Silva. Embora tenha afirmado que o julgamento seria retomado no início de 2010, a decisão só saiu em agosto e o acórdão foi publicado apenas no dia 22 de novembro daquele ano. Inexplicavelmente, tal decisão não provocou qualquer alteração na ocupação da TI Marãiwatsédé, cujas terras continuavam sendo vendidas e arrendadas.

Tal situação perdurou até que os anciãos, cansados de esperar por uma decisão do governo, souberam que havia uma negociação para a venda de uma fazenda ao lado da aldeia e pediram aos jovens guerreiros que impedissem essa ação. Os indígenas, então, expulsaram o fazendeiro e incorporaram aquelas terras ao território que ocupam.



Adriano Gambarini/OPAN

O DAPO´REDZAPU

O dapo´redzapu é o batoque auricular utilizado pelos homens que já foram iniciados. No livro de Bartolomeu Giaccaria, padre salesiano que trabalha desde a década de 1950 junto ao povo Xavante, encontramos a explicação de que "os pauzinhos que os Xavante usam nos lóbulos da orelha têm um caráter preventivo e servem em particular como proteção contra as serpentes, mas são usados também para afugentar todos os tipos de doenças". Eles são retirados de diversas árvores e, para cada tipo de madeira, há um significado e um uso. Outra função é a de ajudar a sonhar, sendo que o sonho é algo muito importante na cultura xavante. Outros adornos além do dapo´redzapu têm função de proteção, como as cordinhas que usam ao redor do pulso, da cintura, dos tornozelos e do pescoço.



Irene García Palud

Essa atitude gerou diversas reações na mídia e no governo do estado de Mato Grosso, que, através de sua Assembleia Legislativa, aprovou a Lei nº 9.564 de 26 de junho de 2011, autorizando o governo estadual a realizar uma permuta com a FUNAI, “trocando” o bem da União, que é a TI Marãiwatsédé, pelo Parque Estadual do Araguaia. Esse fato gerou grande revolta entre os Xavante e entre diversos atores da sociedade civil organizada, que elaboraram cartas se posicionando contra a citada lei, por entender que se tratava de uma agressão aos direitos constitucionais dos povos indígenas. Em parecer, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) dá as bases jurídicas para explicar esta inconstitucionalidade.

A Constituição Federal brasileira de 1988, em seu Artigo 231, garante aos povos indígenas o direito originário sobre suas terras tradicionalmente ocupadas e necessárias para a manifestação de seus usos e costumes. Com a homologação de uma TI, todos os atos que têm por objeto sua ocupação, uso e posse são anulados e não têm mais efeito jurídico porque o direito indígena à posse e ao usufruto das mesmas é anterior a qualquer reconhecimento formal pelo Estado. A Carta Magna do Estado brasileiro também caracteriza as terras indígenas como bens da União e estas são “inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis” ou seja, não passíveis de permuta. O mesmo Artigo 231, em seu parágrafo 5º afirma:

“Fica vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo “ad referendum” do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.”

O parecer jurídico do CIMI conclui, então, que:

“A inalienabilidade e indisponibilidade gravadas constitucionalmente sobre a Terra Indígena Xavante Marãiwatsédé significam, na prática, que as terras indígenas não podem ser cedidas, doadas, transferidas, vendidas ou mesmo, permutadas. Mesmo com a decisão do TRF – 1º Região e a conseqüente solicitação de desinstituição feita ao Executivo Federal, nada foi feito até agora. Os órgãos do governo brasileiro, responsáveis por resolver essa questão, sofrem de uma inércia inexplicável: os únicos invasores expulsos após a decisão do Judiciário foram retirados pelos próprios Xavante, o que expõe os índios a represálias. Os intrusos continuam desmatando a TI e se valem de diferentes estratégias para dificultar a devolução da terra aos Xavante: enquanto alguns ameaçam os índios, outros oferecem dinheiro e bens para abrirem mão de seu território tradicional.”



Luis Mena

O cacique Damião Paridzané, que sempre lutou pelos direitos de seu povo, continua afirmando que o que os brancos podem lhes oferecer -- como carros, bois ou combustível -- logo acaba. Mas a terra que ele poderá deixar para seus descendentes, não perde seu valor e não se acaba em pouco tempo.



Adriano Gambarini/OPAN



Vinicius Benites Alves/OPAN



Adriano Gambarini/OPAN

Mitos Xavante



A ORIGEM DO MILHO

Uma mulher Xavante que tinha ido à cerimônia “wai’a” descobriu o milho. Descobriu o milho que pertencia aos periquitos.

Ela foi ao lugar onde podia ouvir os periquitos fazendo barulho (charlando). Ela pensou: “Por que estão fazendo esse barulho? Eu vou só ver o que é.”

Quando foi ver o que era, ela viu o milho. Mas antes, ela e os periquitos, os donos do milho, se encontraram e se conheceram um pouco. Eles se familiarizaram. A mulher era uma milagreira e possuía poderes especiais. Seu marido e seus filhos. Tudo aconteceu em segredo.

E todo dia ela ia e colhia um pouco de milho. Encontrava o milho perto de onde os periquitos moravam e colhia-o dos periquitos, que estava guardando nas árvores em que moravam.

Quando sua casa estava cheia de milho, pensou sobre o caso. “As cestas estão todas cheissímas”. Fez um pouco de pão de milho.

Quando estava assado, o seu marido fez algumas tornozeleiras e pulseiras para seu filho, para deixá-lo pintado para sair com o milho. Pintaram seu filho, que tinha o milho. Passaram nele pintura de corpo. Quando estava pintado, disse-lhe.

“Tome, leve isso e atire-o em frente de todas as casas da aldeia. Atíre-os para todas as casas. E coma isto também enquanto vai. Depois de dar uma mordida no milho, coloque-o no chão para que você possa segurar bem o arco e a flecha. Continue colocando o milho no chão para poder atirar. Quando alguém chamá-lo querendo um pouco, leve-o para ele. Você deve dar para ele”.

Atirava as flechas com os pedaços de milho em frente às casas. E comia enquanto ia. Colocava o milho no chão, para poder atirar. “Atíre-os para todas as casa. E coma isto também enquanto vai. Depois de dar uma mordida no milho, coloque-o no chão para que você possa segurar bem o arco e a flecha. Continue colocando o milho no chão para poder atirar. Quando alguém chamá-lo, querendo um pouco, leve-o para ele. Você deve dar para ele.”

Atirava as flechas com os pedaços de milho em frente às casas. E comia enquanto ia. Colocava o milho no chão para poder atirar. Os rapazes recentemente iniciados tiveram uma reunião no centro da aldeia, para contar uns aos outros. Como é que eles chamavam uns aos outros? Eles chamavam uns aos outros assim: “Kai, kai, kai, kai kai!” É assim que os rapazes chamavam uns aos outros para ter uma reunião.

Eles o viram com o milho. Gritaram ao tio do menino.

“O que é aquilo que seu sobrinho está comendo?”

Ele colocou o milho no chão, na sua frente. Disseram entre si:

“Por que você não o chama então, para que possamos ver o que é que ele tem?”

E ele o chamou.

“Meu sobrinho, o que é que você está comendo? Traga-me para eu ver.”

Ele o levou. Obedeceu ao seu tio, de acordo com o que seu pai tinha lhe aconselhado a fazer. Deu ao tio, que perguntou:

“O que é?”

“É pão de milho.”

“O que é de verdade?”

“Milho.”

“De onde veio?”

“Foi mamãe que o trouxe.”

Todos viram. Todos os recém-iniciados comeram do milho. O seu irmão se levantou foi embora. O tio do menino (o irmão de sua mãe) se levantou para ir falar com a família. Foram todos à casa da sua irmã.

Nesse meio-tempo, ela tinha dividido o pão de milho em pilhas para todos os seus irmãos. Ela deu um pouco a cada um deles. Pessoas de todos os lugares vieram até a ela. Eles seguiram, um após o outro, até ela.

Eles convocaram uma reunião para todos, com os velhos. Chamaram a todos para se encontrar no centro da aldeia. Eles fizeram perguntas à mulher.

“Onde está o milho, onde está o milho?”

Foi assim que as pessoas indagaram com rigor naquela ocasião. Foi uma interrogação minuciosa.

“Estão cantando e charlando de lá, de lá, bem pertinho”.

Foi isto que a mulher lhes contou.

E disseram a ela:

“Pergunte a eles sobre isso, pergunte a eles sobre isso, para concederem nosso pedido.”

A mulher foi perguntar aos periquitos sobre o pedido de permissão para as pessoas virem e colherem o milho.

Instantaneamente, os periquitos disseram uns aos outros:

“Deixe as pessoas colherem o milho, deixe as pessoas colherem o milho. Agora vamos comer somente frutas, mesmo que fira nossas bocas, mesmo que fira nossas bocas.”

Foi isso que os periquitos informaram à mulher e ela voltou para casa. Ao chegar na aldeia, ela falou às pessoas:

“Deram a ordem, deram a ordem para todo mundo colher o milho, para todo mundo colher o milho.”

Então, todos se pintaram para a ocasião. Todos os velhos se pintaram para a ocasião e levaram consigo peles de veado. Todos carregaram uma pele de veado para colher o milho.

Não correram na ida. Todos fizeram fila com calma e foram pegar o milho. Foram atrás do milho.

A mulher cumprimentou os periquitos novamente e perguntou sobre o milho. Os periquitos disseram a mesma coisa, consentiram imediatamente.

Todos os periquitos saíram voando. Partiram. Foram embora. Voaram para longe deles. Então os periquitos acostumaram comer frutas. Hoje, os periquitos ferem o interior da boca com frutas ácidas.

Todos foram para onde estava o milho e o colheram. Os velhos empilharam o milho misturado com excremento nas suas peles de veado.

Colheram o milho. Fizeram grandes pilhas de milho.

A essa altura, as pessoas não tinham comida como hoje em dia. A partir daí, o milho ficou disponível. As pessoas não tinham seus grãos. É isso que as pessoas plantam atualmente. É isso que as pessoas plantam, juntas, o tempo todo. É isso que as pessoas comem sempre agora. Por isso, agora, as pessoas não têm fome. Não há fome agora.

Foi assim que, há muito tempo, a milagreira descobriu o milho dos periquitos. Ela descobriu o milho. Foi assim o milagre da mulher, a mulher que recebeu os poderes do “wai’a” e descobriu essa coisa.

Esta é a história do milho.

(adaptado de GIACCARIA & HEIDE, 1975:61-72)



Irene García Palud





Aibö Te Te Tsiwi ãma AËtsai'uri, Tsipahutu Watsu'u

Duréhã aibö ma tö ti'ubumrö. Dadzömoræ ré, ma tö ti'ubumrö.

Tawamhä te te tsiwi 'wapé. Te te tsiwi 'wapéi mono wamhä,
'wapéi wa'a te, te tsima nharæ dza'ra, te te tsiwi rãme da,
'ri'ré wa, nomro da.

Tawamhä ma tö tsiwi tirã. Te te tsiwi rãme wamhä,
'ripara te nomro, 'ri'ré wa. Taré
ma tsiwi uptsí.

Tawamhä te oto tadzömoræ ni. Dadzömoræ wamhä,
te danhimidzahöri oto. Danhimidzahöri
mono wamhä, ma tö tsina tipahö dza'ra.

Tsina pahö dza'ra wamhä, tsipahudu ma tö 'ri'ré
u, ana. Tsina wamhä, 'ri'ré mono bö ma tö te te ropé romhi dzö,
danhoihi dzö, te te tsadzuri dza'ra da.

Tawamhä mitsi ma tö ädzé aibö u, æ'uburöi u. Tsébré wamhä,
ma tö æna're wi höto'o. Te te höto'o wamhä, ma tö daröno.

Tsarötö wamhä, ma tö waihu'u, æhöiba ré na.

Tawamhä ma tö watobro, tsipahudu hä. Romhö na, ma tö dza.

Ma tö natsi tsitsö hä, a'uwa höro na.

— Kai! — ãne ma tö natsi tsitsö hä.

Tawamhä te we tsitãme tsitsa're, höiwi hawi. Ma tö tsitãme ana.

Ma tö tsima rowatsu'u dza'ra:

— Öme te tanomro ni, dahödzé ré hä.

— E niha dza. — ãne ma tö tsima nharæ dza'ra.

Tawamhä ma tö tsarötö dza'ra ætãme, 'ri'ré u.

Tawamhä te tsiwi tsadanha:

— E maræ dahödzé hä. — ï'ubumrö.

Tawamhä te tãma nharæ dza'ra:

— E rowã ö di, wa te da'ãma tsai'uri da, höimo.

— Ma'ãpé, da te ï'ãma tsai'uri. — ãne ma tö tsipahutu noræ ma,
tinha.

Tawamhä ma tö ubumro. Ma ubumroi petse. Tawamhä ma tö tãma
nharæ dza'ra:

— Höimo tsi, da te rob'madö'ö mono! Ti'ai u hä, we apö da te
rob'madö'ö tö!

Tawamhä ma tö oto tsiwi tsarötö. Tsipahudu hä, ahö uptabi di.
Nemo te ãma tsi'uircæ. Te

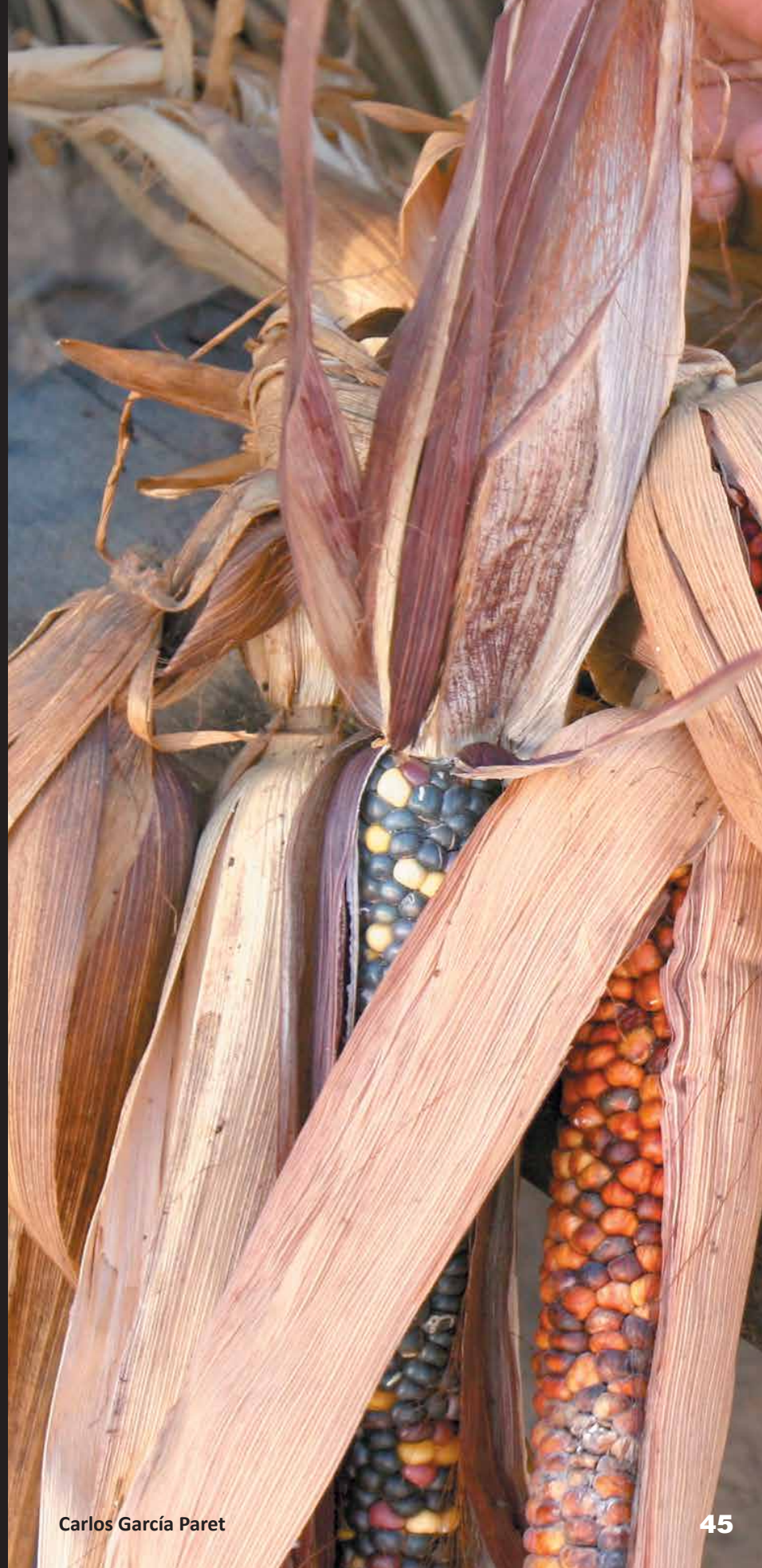
oto tsiwi ãma tsai'u höimo, tiba na, tinhitsé na.

Tawamhä æ'ra ma tö aipi'ra tsiwa'rãmi, 'ri'ré u.

Tawamhä æ'ra te tinha:

— Té, imama ãma te tsipahudu tsi'uircære.

— Æne ma tō æ'ra tinha.
Tawamhã ma tō ãma rotété dza'ra, hõywa u.
Tawamhã ma tō ãma rotété dza'ra, hõywa u.
Hõywa nhidönare ma tō tiwi tiwaptã'ã dza'ra apö.
Ma tō tãma tinhiwatsi, watsutu dzé te.
Tawamhã aibö te wara, ti'ai u. Tsa'atã tsipahudu hã,
ma tō ætsarina ti'wamhi dza'ra. Ma tō
ti'ai u tsina rotsahutu aré. Tane nherã, ma tō ti'a, ti'a nhidönare
tsiwi tsapa. Ma tō tsiwi tihi. Nemo te tsi'ãma te t're pri'i dza'ra,
tsipahutu noræ hã. Nemo te 're watsutu hãtsi, watsutu dzé te.
Æne tsipahutu noræ hã ma tō aibö hã, tsiwi ãma tsai'u.
Tawamhã ma tō tiwatsutu dzani dza'ra.
Watsutu dzani dza'ra wamhã, te ãma tsiwada'ur petse dza'ra:
— Da'ãma ai'rudu 'rutu aba, wawi dawaptã'ã tō da!
— Æne te ãma tsiwada'uri dza'ra.
Tawamhã ma tō tiwatsutu dzani petse dza'ra oto.
Tawamhã ma tō duré tsiwi tsarõtö, hõimo apö.
Tawamhã te tsiwi ãma tsai'u duré, tiba na. Nemo te ãma tsi'uircæ.
Ma tō oto tsiwi 'madzé,
hõywa u. Te te tsiwi 'mazébré wamhã, ma tō tsiwi ãwitsi,
tinhorõwa u. Ætsörõwa ãma hã,
'ri 're udzé uptabi di. Tame ma tō tihõimana.
Abadze nhi na, uhö nhi na, ætsisöpãrcæ na, tsipahutu tsiöpãrcæ
na, ma tō oto tãma tirowã, aibö ma. Æ'ubumrö ma tō tãma apa,
æ'udzéna. Æne aibö ma tō tipetse.
Tawamhã te tsiwi tsadanha: — E ma tō tawa'a ni.
— Æhe, wa tō iwa'a.
— Oto, wa te da'ãma tsi'ra da! — Æne ma tō tãma nharæ
dza'ra tsipahudu hã, aibö ma. Tawamhã ma tō ãma tsi'ra
dza'ra apö, ti'ai u. Te tsiwi upari.
Tawamhã hõimo tsi, te te rob'madö'ö.
Ti'ai u hã, te te rob'madö'ö ö di. Ma tō ãma tsiwi tsi'ra, te te ãma
tsiwi æsai'uridzéb u apö, 'ri'ré u. Tawamhã ma tsiwi titsã oto.
Te tãma nharæ dza'ra:
— Damoræ oto. Datsi'madö'ö petse mono!
Tawamhã te oto mo, aibö hã. Moræ wamhã, 'ri'ré te te adza're.
Tawamhã oto duré ahömhö amo na, 'ri'ré té oto.
Oto duré ahömhö, 'ri'ré. Duré oto bötö na, ma tō oto da'ãma wi.
Tawamhã æ'ra noræ, ma tsima tsãmri dza'ra:
Taha wa, oto æ'ra noræ ma, tãma rowã dza'ra di. Æmama hã,
rowã na ætãme witsi za'ra wã te, tãma rowã dza'ra di.
Æne aibö ma tō tipetse. Tsi, tsi æ'rädö'ö noræ hã ma tō tsiwi petse,
hõywa u. Æne aibö watsu'u hã, duré tsipahutu watsu'u hã.





Alexandre Macedo

Î'REHI

Tsawõrõ'wa te î'rehi na, da te're tsitsi dza'ra. Õ nori hã te mari dzõ dama're tsiwatsutu dza'ra, comhõ na nheré.

Dzõmorî wamhã î'rehi te're tsitsa're, te te're robdzabu dza'ra mono da'ri téme.

Taha wi, te îhí tãma te're rob'ru tsawõrõ'wai ma. Tõ haha wi, dza tsõ-tsirere'e wara tsina tsi.

Nimame te tsíma îrotídzéb ãma tsí dza tsitsõ madzadzõ.

Twamhã itsi'ei'rata'wa hã imori'rada.

Tsawõrõ'wa hã tíwara na, te're tsi'a'a. Dadzatsu hã te da te're a'a. 'Ri téme robtsi'utõri waptsi, te oto te're tsawõrõ dza'ra. Oto apõ hã tsi'õtõ wa, te nodzõ te're 'watsari.

Dzõmori ãma hã, wapté te dza tsõ ropetse dza'ra tsawõrõ'wa dzõ. Bõdõdi wa'õ hã, nodzõ dza tãma adza'ra wapté ma.

O ESPIÃO

Os espiões também são chamados Tsawõrõ'wa.

Eles se esforçam à procura das coisas, mesmo muito longe.

Durante a caçada, os espiões correm até a aldeia, para ver se está tudo em ordem. Por isso, os velhos dão ordens aos Tsawõrõ'wa. Daí estes seguem correndo sem parar.

Somente no lugar marcado eles param. Então, o primeiro vai abrindo caminho. Os Tsawõrõ'wa apostam corrida.

Deixam atrás os mais novos. Ao chegar perto da aldeia, iniciam o canto próprio. Na volta, carregam milho Xavante nos cestos. Na caçada, os adolescentes limpam o caminho para a volta dos Tsawõrõ'wa.

Como recompensa pela limpeza do caminho, eles entregam aos adolescentes milho Xavante.







A ORIGEM DOS WARADZU

Os homens e as mulheres saíram para caçar e acamparam em um local onde havia muitas indaiás, das quais passaram a tirar as castanhas.

Tserebutuwé era um wapté, muito guloso. Nunca estava satisfeito com as castanhas que sua mãe lhe mandava. Sempre queria mais, sempre mais.

Até que sua mãe, perdendo a paciência, diante de tão grande gulodice, colocou dentro das castanhas uma coisa de seu corpo. Enquanto ele as comia, notou um gosto diferente, a saliva que engolia não tinha o mesmo sabor. À noite, deitou-se e começou a pensar. Queria ser waradzu (civilizado).



De manhã, quando acordou, notou que sua barriga havia crescido. Estava muito grande, não podia mais andar. Começou então a se arrastar para o mato, envergonhado com o que sua mãe tinha feito.

Ao vê-lo, alguns parentes começaram a zombar e a atirar pau e pedras. Mas uma parenta teve dó e lhe deu comida. Ele ficou só, sempre chorando. Como as castanhas ali já haviam acabado, a tribo levantou acampamento e partiu para outro lugar. Tserebutuwé ficou só.

Passados alguns dias, já estando acampados em outro local, seu pai sentiu saudades e disse aos filhos:

“Vão encontrar seu irmão, vejam como ele está”.

Obedecendo, partiram. Andaram vários dias, até chegar ao local do acampamento antes abandonado.

Procuraram casa por casa e não encontraram o irmão. Dormiram.

Pela manhã, quando decidiram partir, avistaram do outro lado do rio uma fumaça branca.

Atravessaram o rio e se encontraram com duas mulheres, que lhe perguntaram:

“Que querem?”

“Queremos ver nosso irmão”.

Escutaram, então, um som estranho aos seus ouvidos.

“Toc. Toc. Toc”

Era o som de uma arma de fogo em acabamento que Tserebutuwé estava fazendo.

“Que querem? Não disse para me deixarem em paz?”

“Papai quer vê-lo, tem saudade.”

“Diga-lhe que não irei, desçam até aqui. Vou dar-lhes uma lembrança”.

Seus irmãos desceram e ele colocou a sua cabeça na água que caía de uma cachoeira. Então seus cabelos cresceram. Depois disse:

“Vão e não voltem mais”

Retornaram. Chegando ao acampamento, todos correram

para encontrar com eles e lhes perguntaram como os seus cabelos haviam crescido.

Lá chegando Tserebutuwé disse:

“Eu pedi para que não viessem mais aqui, não obedeceram?”

“Nós queremos ter os cabelos compridos, como os de seus irmãos”.

“Desçam até aqui.”

Todos tiveram os cabelos compridos. Quando chegou naquele cuja mãe havia lhe atirado pedras e zombado, bateu-lhe com cêra (Aptomrí) e ele foi diminuindo, diminuindo, até que ficou pequeno. Transformou-o em um sapo, pegou-o pela perna e atirou-o do outro lado do rio.

“Fiz isto para que tenham medo. Vocês, Xavante, não se metam mais comigo. Vão e digam a seu povo que vou fazer crescer as águas dos rios para nos separar.”

De volta ao acampamento, seus parentes contaram o que havia acontecido.

Tserebutuwé fez aumentar as águas nos rios transformando-os em Opo’re (mar), que separa os Xavante da civilização. Ele virou civilizado.

(adptado de GIACCARIA & HEIDE, 1975:215-226)





Elisa Marín Mourot



Elisa Marín Mourot



Referências bibliográficas

FERRAZ, Iara; MANPIERI, Mariano; RODRIGUES, Patrícia de Mendonça.
Relatório de Identificação da Área Indígena Marãiwatsédé. Brasília: FUNAI, 1992. (Mimeo).

GIACCARIA, B.; HEIDE, A.
Xavante povo autêntico. 2. ed. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1984.

GIACCARIA, Bartolomeu; HEIDE, Adalberto.
Jerônimo Xavante conta. São Paulo: Ed.Salesiana Dom Bosco, 1975.

GRAHAM, Laura.
Xavante. São Paulo: ISA, 2008.
Disponível em www.socioambiental.org (<http://www.socioambiental.org>)

HITSÉ, Rafael.
O meu mundo - Wahöimanadzé: livro de leitura para jovens xavante.
3. ed. Campo Grande: Ed.Universidade Católica Dom Bosco, 2003. p. 34-35.

LOPES DA SILVA, Aracy.
Dois séculos e meio de história xavante. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. (Org.).
História dos Índios do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. p. 357-378.

MAYBURY-LEWIS, David.
A Sociedade Xavante. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1984.

Mais informações na internet:

Vale dos esquecidos. Maria Raduan.
<http://www.youtube.com/watch?v=NytUY6rVW1Y>

Homem Branco em Maraiwatsede. Marcelo Bichara.
<http://www.youtube.com/watch?v=PmcYfd82bbw>

Maraiwatsede.
<http://www.youtube.com/watch?v=NytUY6rVW1Y>

Gado em terra Xavante. Greenpeace.
http://www.youtube.com/watch?v=U_boPeK7S4g&feature=relmfu

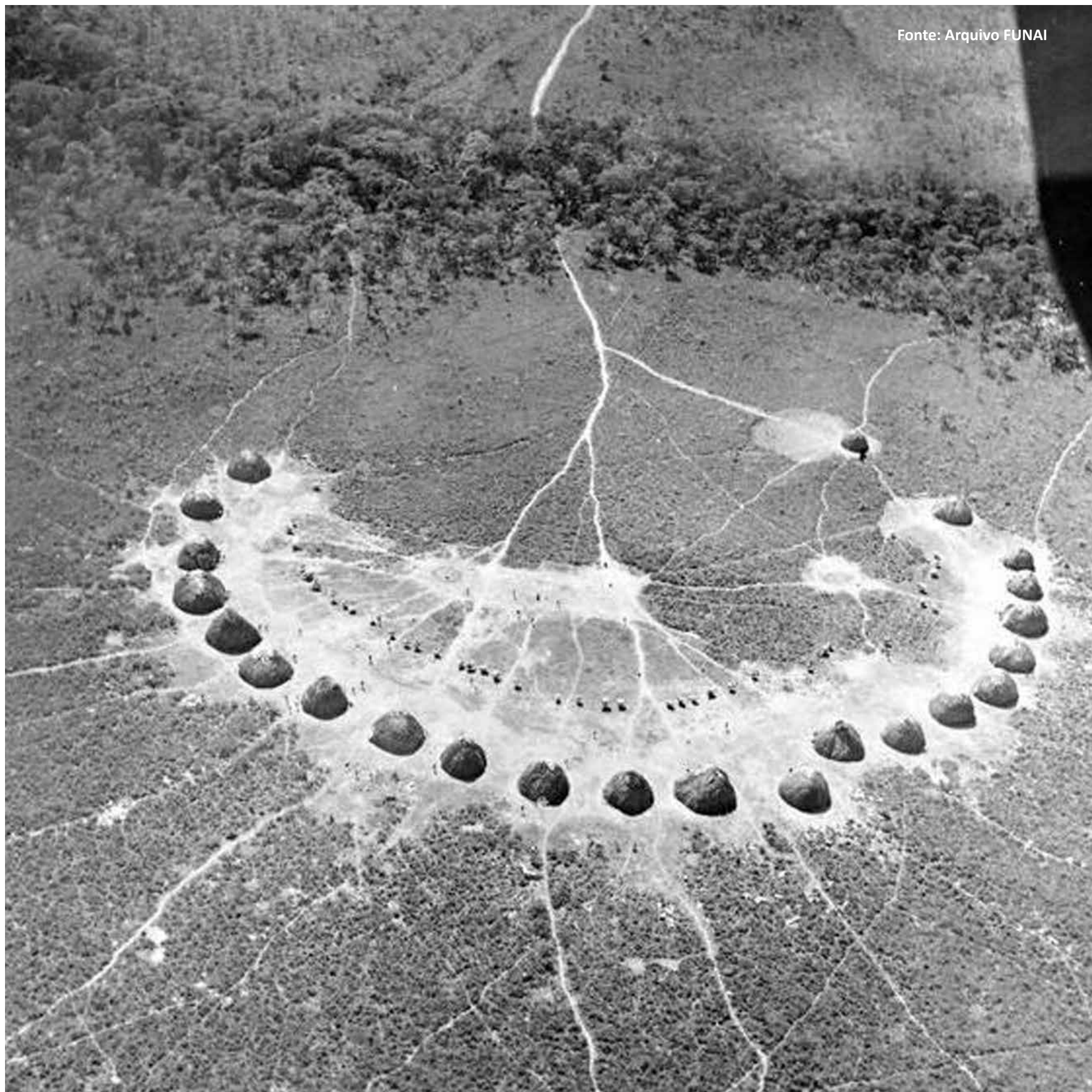
Soja Pirata na terra indígena. Reporter Brasil.
http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=YRICJ0JNrgI

Campanha do Cimi: Cumpra-se Maraiwatsede. No site da entidade.
http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=5733&action=read

De olho nas terras indígenas
<http://ti.socioambiental.org/>







Marãiwatsédé hã
Tôtsena ti'a na watsiri'ãmo Wahõiba duré
Hõiba-téb're hã, ãhawimhã Date itsanidza'ra hã
Ãhãta te Oto aimatsa'ti'a na Ítémé we're'iwadzõ
mori hã adza Oto ãma wawa'utudza'rani
Ti'a'a'a'ana... Ai'uté hã ãma ipótõdza'ra hã
Tedza Oto ãma tsitébrè ti'a'a'a'ana

A Terra Marãiwatsédé está em nossos
corações e em nossas almas
Ainda pequenos nos retiraram deste lugar
Mas hoje reconquistamos nossa terra,
nosso lar Agora de volta vou descansar nesta
terra,
nesta terra, nesta terra...
Aquí eu nasci e nesta terra vão se criar
nossas crianças

Marcio Tserehité Tsererã'i'ré

Realização



Apoio

